

A COOPERATIVA-ESCOLA COMO COMPONENTE DO SISTEMA ESCOLA-FAZENDA NAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS (1973 A 1986)

Ricardo Cruz Vargas¹
Giseli Cristina do Vale Gatti²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo, apresentar as diretrizes de implantação e funcionamento das cooperativas-escola, do sistema escola-fazenda nas Escolas Agrotécnicas Federais durante a administração da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI). A ideia da utilização do cooperativismo nos ambientes escolares no contexto da agropecuária surgiu na primeira metade do século XX, mas a sua utilização como componente estrutural de um modelo pedagógico, se deu quando da implantação do sistema escola-fazenda, nas instituições que passaram a formar a rede de Escolas Agrotécnicas Federais a partir do final da década de 1960. Para o desenvolvimento da pesquisa, recorremos a pesquisa bibliográfica e documental. Resultados da investigação apontam que a vivência prática no curso, proporcionava ao mercado de trabalho um profissional mais bem preparado. Concluímos, que o sistema de cooperativa propiciava ao aluno conhecer a estrutura e o funcionamento de uma cooperativa, além de promover a sua capacidade de liderança e trabalho coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Técnico em agropecuária; Sistema escola-fazenda; Cooperativa-escola.

ABSTRACT: This article aims to present the guidelines for the implementation and operation of school cooperatives, the school-farm system in the Federal Agrotechnical Schools during the administration of the National Coordination of Agricultural Education (COAGRI). The idea of using cooperatives in school environments in the context of agriculture emerged in the first half of the 20th century, but its use as a structural component of a pedagogical model occurred when the school-farm system was implemented in institutions that began to train the network of Federal Agrotechnical Schools from the end of the 1960s. To develop the research, we used bibliographic and documentary research. Research results indicate that practical experience on the course provided a better prepared professional in the job market. We concluded that the cooperative system allowed students

¹ Doutor em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) - Campus Bambuí. Endereço: Fazenda Varginha, Rodovia Bambuí/Medeiros, km 05 – Caixa Postal 05, CEP 38.900-000, Bambuí-MG, telefone: (37) 3431-4900. ricardo.vargas@ifmg.edu.br

² Doutora em Educação. Universidade de Uberaba (UNIUBE) – Campus Aeroporto. Endereço: Av. Nenê Sabino, nº1.801, Bairro Universitário, CEP 38.055-500, Uberaba-MG, telefone: (34) 3319-8923. giseli.gatti@uniube.br Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Beneficiária do Edital Universal FAPEMIG.

to learn about the structure and functioning of a cooperative, in addition to promoting their leadership and collective work capacity.

KEYWORDS: Agricultural technician; School-farm system; School cooperative.

1 INTRODUÇÃO

O ensino profissional agropecuário nacional teve um importante momento de crescimento e desenvolvimento com a implantação do sistema escola-fazenda, ao final da década de 1960. Este período foi caracterizado por mudanças nas prioridades de investimentos por parte do governo federal, sendo que a educação profissionalizante a nível de segundo grau passou a ser a base para estabelecer a estrutura necessária para atender a um novo panorama na produção de alimentos, com a introdução de pacotes tecnológicos que possibilitaram trazer ao setor agrário uma atenção governamental nunca praticada.

O fenômeno da revolução verde³ transformou o meio rural brasileiro. O uso do calcário para correção da acidez e neutralização do alumínio tóxico dos solos do cerrado, a introdução dos fertilizantes químicos, o uso de produtos agroquímicos sintéticos para combate de pragas, doenças, plantas invasoras etc., a introdução de máquinas e implementos agrícolas, a adoção de diferentes técnicas de cultivo do solo, o uso de variedades vegetais transgênicas, a intensa importação de raças de animais melhoradas para produção industrial, os avanços na nutrição animal, dentre tantas outras medidas, trouxeram a possibilidade de um grande incremento na produção de alimentos no país, num cenário de intenso êxodo rural, onde o número de produtores e consumidores de alimentos se tornava, cada vez mais, inversamente proporcional.

Ao iniciar o período do governo civil-militar, alguns convênios entre órgãos brasileiros e agências estadunidenses, seguidas pela reforma da educação de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71), marcaram a introdução, o estabelecimento e a manutenção de uma nova filosofia para o ensino agrícola de nível médio. Para Aristela Arestides Lima (2021), três acordos bilaterais executados nos primeiros anos da ditadura foram fundamentais para instituir o sistema escola-fazenda como novo padrão de ensino nas Escolas Agrotécnicas Federais. Estes acordos e suas particularidades estão demonstrados no quadro 1.

³ Revolução Verde foi o processo de transformação tecnológica da agricultura, em escala global, com a introdução e o desenvolvimento de meios tecnológicos para a produção de alimentos, iniciada no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970.

Quadro 1: Convênios internacionais com impacto no estabelecimento do sistema escola-fazenda.

Denominação	Ano de assinatura	Órgãos envolvidos	Objetivos
Convênio Projeto ETA ⁴ 1-3	1965	SEAV ⁵ /ETA/ USAID ⁶	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver o Ensino Vocacional Agrícola e de economia doméstica.
Convênio Projeto CONTAP ⁷ II	1966	MA ⁸ /USAID/ CONTAP	<ul style="list-style-type: none"> Formar e aperfeiçoar técnicos; Atualização pedagógica e técnica do corpo docente e diretores; Apoiar programas de modernização de equipamentos e instalações de escolas voltadas ao melhoramento do ensino e do autoabastecimento; Desenvolver no ensino: <ol style="list-style-type: none"> Cooperativas escolares; Programas Agrícolas Orientados; Hortas escolares; Complemento da maquinaria agrícola, equipamento, material didático, bibliotecas etc.
Convênio Evolução Vocacional e Treinamento Rural	1967	MEC ⁹ /DEA ¹⁰ / CONTAP/ USAID	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar as três escolas médias rurais da rede federal para que possam funcionar como escolas-piloto; Proporcionar aos estudantes conhecimentos técnicos e atividades práticas; Criar cooperativas escolares; Planejar e adaptar as escolas de nível médio em escolas-fazenda; Elevar gradativamente as escolas médias agrícolas ao nível colegial;

⁴ Escritório Técnico de Agricultura: órgão criado na década de 1950 para atender ao convênio entre o Ministério da Educação do Brasil e ao Foreign Office dos EUA, objetivando coordenar, desenvolver e administrar o projeto ponto IV no Brasil.

⁵ Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura.

⁶ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development).

⁷ Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso.

⁸ Ministério da Agricultura.

⁹ Ministério da Educação e Cultura.

¹⁰ Diretoria de Ensino Agrícola.

			<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a escola agrícola a solucionar problemas do meio rural; • Incentivar as universidades rurais para a formação de professores de técnicas agropecuárias e economia doméstica rural.
--	--	--	---

Fonte: Baseado em Lima (2021).

A cooperativa-escola foi tida como um alicerce fundamental para o sistema escola-fazenda. Ela era uma ferramenta didática profissionalizante em sua essência, pois oportunizava aos alunos vivenciar diversas situações no dia a dia funcional das escolas, como o contato direto com a administração da empresa, a comercialização dos produtos resultantes do processo ensino-aprendizagem e a compra dos mais diversos tipos de insumos para a manutenção dos projetos agropecuários das escolas. Assim, além de funcionar como estrutura essencial no funcionamento do sistema escola-fazenda, a cooperativa visava proporcionar aos seus cooperados (alunos), segundo Brasil (1972, p.6), “a possibilidade de tomarem iniciativas, assumirem responsabilidades, conhecerem as leis e se educarem dentro dos princípios de cooperação e auxílio mútuo”.

Este artigo foi estruturado em 3 partes, abordando um breve histórico do surgimento do cooperativismo no mundo e no Brasil, seguido da apresentação do sistema escola-fazenda transformado em diretriz por meio de um trabalho conjunto organizado pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), enfatizando o papel da cooperativa como estrutura fundamental no funcionamento deste modelo pedagógico e, por fim, destacando o trabalho da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI) na implantação e evolução do sistema escola-fazenda.

2 BREVE HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

Antônio José Gomes (2005) destaca o fato da ajuda mútua como característica natural do ser humano, um fator preponderante para o sucesso da evolução da espécie. Diversas formas de associativismo nasceram quando o fator união foi identificado como ferramenta de benefício comum entre diferentes grupos de pessoas, como procura por alimentos, defesa territorial, alternativa de incremento econômico e outras situações em que resultassem na difusão das associações sociais, produtivas e culturais. “Com o desenvolvimento e aperfeiçoamento do associativismo, outras formas de organização e participação foram desenhadas e passaram a compô-lo, sendo as mais conhecidas: associação, cooperativa e sindicato” (Gomes, 2005, p.14).

Nessa perspectiva, o associativismo é a forma mais antiga, caracterizada por não objetivar lucratividade, onde a principal atividade envolve a defesa dos interesses em comum de um grupo. O sindicalismo caracteriza-se especificamente pela defesa de interesses de determinado grupo de trabalhadores ou profissão, com representação legal em ações administrativas, judiciais ou trabalhistas. Já o cooperativismo, diferente das duas modalidades anteriores, nasceu no auge da revolução industrial, período de bruscas mudanças no modo de viver do trabalhador que via seu espaço no mercado de trabalho diminuir em detrimento do uso de máquinas, tornando o trabalho artesanal defasado e caro às grandes indústrias. Diante de um cenário essencialmente capitalista, grupos de trabalhadores excluídos do sistema encontraram, na união cooperativa, um meio de sobreviver e fugir da miséria.

Segundo João Eder Sales (2010), foi a partir do século XVIII na Inglaterra, que aconteceu a mecanização nas indústrias, primeiramente as têxteis e, posteriormente, outros tipos de indústrias foram aderindo ao novo modelo de produção à medida em que novas máquinas passaram a ser desenvolvidas, com destaque às indústrias metalúrgicas que vieram a alavancar a produção em série melhorando e modernizando as atividades de transportes. Anteriormente a este período, o processo do desenvolvimento capitalista passava basicamente por atividades comerciais, com a circulação de mercadorias, principalmente entre os países colonizadores e suas colônias.

Neste sentido, vale destacar a história dos *Probos Pioneiros de Rochdale*, em Manchester na Inglaterra, que formaram uma associação que, pouco tempo depois, deu origem a primeira cooperativa da história. Estimulados pela insatisfação mútua com a situação econômica e social em que viviam, vinte e oito trabalhadores (tecelões em sua maioria) ergueram seu próprio empreendimento, normatizado e estruturado por regras estatutárias bem definidas que vieram a se tornar a base de organização das cooperativas até os dias atuais. Assim, em um panorama de avanço industrial e diminuição do trabalho artesanal, dá-se início a era da exploração da mão de obra operária, tendo o cooperativismo como um contraponto, uma alternativa de minimizar os problemas sociais e econômicos que todas estas transformações estavam causando às pessoas daquele tempo.

O início do cooperativismo no Brasil é ponto de discordância pois, segundo Antônio José Gomes:

Estudos acerca do cooperativismo brasileiro mostram que existe significativo volume de informações quanto à sua evolução, dispersas em

diferentes publicações, muitas vezes apresentando antagonismos entre si. Silva (1992)¹¹, por exemplo, afirmou na sua obra que, exatamente três anos depois dos Pioneiros de Rochdale – Inglaterra, foi criada a primeira cooperativa brasileira, a Colônia Tereza Cristina, em 1847, no interior do Paraná, pelo médico francês Jean Maurice Faivre e um grupo de europeus que ali residiam, de breve existência mas de significativa contribuição coletiva para a formação do cooperativismo no Brasil. Para Schneider (1982)¹², o cooperativismo brasileiro teve sua origem e iniciou suas atividades em 1891, com a fundação da Associação Cooperativa Internacional da Companhia Telefônica de Limeira, primeira cooperativa de consumo, em Limeira- SP (Gomes, 2005, p.20 e 21).

De acordo com Diva Benevides Pinho (2004), o princípio do cooperativismo formal no Brasil se dá em 28 de outubro de 1889, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Considerada pela autora a cooperativa mais antiga do Brasil, esta surgiu em decorrência do fim da escravidão, num formato de cooperativa de crédito, amparando financeiramente seus cooperados. A autora ainda destaca que,

É a primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo, para criar uma espécie de banco sob a forma de sociedade anônima, mas prevendo sua expansão em caixa de auxílio e socorro, na construção de casas para alugar ou vender aos sócios, além de outras atividades, muito semelhantes aos termos da Carta de Princípios, divulgada pelos Pioneiros de Rochdale quando fundaram sua cooperativa de consumo, mas que nunca passou de um grande ideal (Pinho, 2004, p.13).

Em conformidade com Alessandra Edna de Paula (2010), a formalização das cooperativas no Brasil só foi possível após a promulgação da Constituição da República em 1891, o que não era permitido durante o regime imperial escravocrata. Apesar das controvérsias, Gomes (2005) concorda que o final do século XIX foi um período movimentado com o surgimento de várias cooperativas no território nacional: Cooperativa Militar de Consumo – RJ (1894); Cooperativa de Consumo de Camaragibe – PE (1895); Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estrada de Ferro – SP (1897) e; Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos de Ouro Preto – MG (1898). Paula (2010) complementa que em 1902, na cidade de Nova Petrópolis, foi fundada a primeira cooperativa de crédito com destaque à pessoa do padre suíço Theodor Amstadt¹³,

¹¹ SILVA, Ademir Alves da. Política social e cooperativistas habitacionais. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

¹² SCHNEIDER, José Odelso. O panorama mundial, nacional e estadual do cooperativismo. Revista Perspectiva Econômica, série cooperativismo, São Leopoldo, n.10, p.9-46, 1982.

¹³ Theodor Amstad, nascido em Beckenried (1851), era padre jesuíta na Inglaterra, chegou ao Rio Grande do Sul em 1885 e foi grande incentivador do cooperativismo, em especial o de crédito. É considerado patrono do Cooperativismo. Disponível em <https://www.gaz.com.br/theodor-amstad-o-patrono-do-cooperativismo/>

considerada uma pessoa muito influente na criação da Caixa Rural de Nova Petrópolis, cooperativa formada por imigrantes italianos e alemães que haviam tido contato com o cooperativismo bem estabelecido na Europa.

Gomes (2005) destaca que, a partir de 1903, uma série de Leis e Decretos passam a reorganizar o movimento cooperativista tendo em vista acompanhar as mudanças que ocorriam na sociedade. O quadro 2 apresenta as principais ações legislativas que influenciaram no cooperativismo brasileiro, até o período em que as cooperativas das Escolas Agrotécnicas Federais foram devidamente regulamentadas, na década de 1980. Quadro 2: Legislação sancionada pelo poder público relacionado ao cooperativismo (1903-1984)

Ano	Legislação	Observações
1903	Decreto nº 799	Permitiu aos sindicatos e cooperativas de produção e consumo organizarem caixas rurais de crédito.
1907	Decreto nº 1.637	Primeira regulamentação legal do cooperativismo: reconheceu a utilidade das cooperativas, no entanto, sem a forma jurídica distinta de outras empresas.
1925 e 1926	Lei nº 4.948 e Decreto nº 17.339	Esses dois atos legais trataram do funcionamento específico das Caixas Rurais Raiffeisen ¹⁴ e dos Bancos Populares Luzzatti ¹⁵ . Estas instituições financeiras tinham o objetivo específico de financiar cooperativas.
1932	Decreto nº 22.239	Reformou as disposições do Decreto nº1.637/1907, atualizando-o para as novas exigências da época. Foi revogado em 1934, restabelecido em 1938, revogado novamente em 1943 e revitalizado em 1945 e permanecido ativo até 1966.
1945	Decreto nº 8.401	Atualizou a legislação referente às cooperativas, delegando ao Serviço de Economia Rural (SER) do Ministério da Agricultura, a função de fiscalização das cooperativas em geral.

¹⁴ Friedrich Wilhelm Raiffeisen nasceu na Alemanha em 1818, é considerado o pai do cooperativismo. Sensibilizado com o sofrimento das populações rurais de seu país, expostos aos abusos que a agiotagem os impusera, criou um modelo de cooperativas de crédito que passou a ser difundido por todo o mundo, inclusive no Brasil.

¹⁵ Luigi Luzzatti nasceu na Itália em 1841, jurista, político e economista, desenvolveu o modelo italiano de cooperativas de crédito que também foi difundido no Brasil.

1957	Decreto nº 41.872	Sujeitou as cooperativas de crédito e aquelas com seção de crédito, a mais um órgão fiscalizador: a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) do Ministério da Fazenda.
1964	Lei nº 4.595	Com a reforma bancária brasileira instaurada, a estrutura do Sistema Financeiro Nacional é redefinida, extinguiu-se o conselho da SUMOC e a fiscalização das cooperativas de crédito passou a ser realizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), através do Conselho Monetário Nacional.
1966	Decreto-Lei nº 59	Ato que revogou pela última vez o Decreto nº22.239/1932, redefiniu a política do cooperativismo, criou o Fundo Nacional do Cooperativismo (FUNACOOOP) e o Conselho Nacional do Cooperativismo (CNC), o primeiro responsável por prover recursos ao movimento cooperativista nacional, e o segundo passou a orientar a política cooperativista nacional.
1967	Decreto nº60.597	Regulamentou o Decreto-Lei nº59/1967.
1971	Lei nº 5.764	Definiu a política nacional do cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas.
1984	Lei nº 7.231	Transferiu competências relacionadas ao cooperativismo brasileiro que estavam sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA) PARA O Ministério da Agricultura.
1984	Decreto nº 90.393	Cria a Secretaria Nacional do Cooperativismo (SENACOOOP), DENTRO DO Ministério da Agricultura.

Fonte: Baseado em Gomes (2005).

Art. 34. As cooperativas escolares poderão se constituir nos estabelecimentos, públicos ou particulares, de ensino primário, secundário, superior, técnico ou profissional, entre os respectivos alunos, por si ou com o concurso de seus professores, pais, tutores ou pessoas que os representem, com o objetivo primordial de inculcar aos estudantes a ideia do cooperativismo e ministrar-lhes os conhecimentos práticos da organização e funcionamento de determinada modalidade cooperativa e assessoriamente proporcionar-lhes as vantagens econômicas peculiares à modalidade preferida (Brasil, 1932).

Segundo Marques e Love (1993), as cooperativas escolares funcionaram inicialmente como fornecedora de material escolar, prática que estava longe de atender sua função

didática de educar os estudantes dentro dos princípios do cooperativismo. Nas instituições federais de ensino agrícola profissional, a partir do ano de 1968, na medida em que passaram a adotar o sistema escola-fazenda, nota-se que a implantação de cooperativas escolares e seu desenvolvimento didático nestas escolas seria um pré-requisito explícito nos acordos CONTAP II e Evolução Vocacional e Treinamento Rural. Assim, a cooperativa-escola passa a ser um dos pilares da estrutura pedagógica da habilitação profissional do Técnico em Agropecuária. Este importante elemento estrutural, além de ter o objetivo de apresentar aos estudantes de forma prática os princípios cooperativistas, servia como um órgão incentivador que permitia a execução dos projetos nas Unidades Educativas de Produção, promovia ações de interesse comum a seus associados e realizava a comercialização do que era produzido no processo ensino-aprendizagem.

3 O SISTEMA DE ENSINO ESCOLA-FAZENDA

O sistema de ensino escola-fazenda foi adotado pelas Escolas Agrotécnicas Federais e caracterizava-se por ter sua base filosófica alicerçada no conceito de “aprender a fazer, fazer para aprender”. Estas instituições pautavam-se no trinômio educação, trabalho e produção, trazendo à compreensão do aluno a importância de dignificar o trabalho, desenvolver o senso crítico, a criatividade, o processo de análise e estimular a cooperação, com o intuito de preparar e capacitar o técnico para atuar como agente de serviço e de produção, solucionando os problemas dos produtores rurais.

Este sistema pedagógico foi introduzido de maneira experimental no Brasil no início da década de 1960, na Escola Agrícola de Presidente Prudente (SP). O processo se desdobrou por meio do acordo internacional Aliança para o Progresso, após a escola ser visitada por representantes do Ministério da Agricultura e da *United States Agency for International Development* (USAID), que chegaram à conclusão de que a instituição reunia as condições necessárias a realização experimental de implantação do sistema. O diretor da instituição, o agrônomo Shigeo Mizoguichi¹⁶, foi um grande entusiasta do modelo pedagógico,

¹⁶ Nasceu em Yokohama (Japão), em 1924. É brasileiro naturalizado. Formado na Esalq em 1954, dedicou-se notadamente à formação e aperfeiçoamento de pessoal em atividades agrícolas. É o criador de escolas-fazenda e de escolas agrícolas, tendo sido diretor da Escola Fazenda de Presidente Prudente. Foi diretor geral do Ensino Agrícola no Estado de São Paulo e vice-diretor do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional. Foi consultor internacional do BID. Faleceu em 2003, com 79 anos. Disponível em <https://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/entrevistas/os-primeiros-engenheiros-nikkeis/> Acesso em 02/03/2024

desenvolvendo-o junto de sua equipe, transformando a Fazenda-Escola num formato que integrava três pilares: a sala de aula, os projetos de produção agropecuária e a cooperativa.

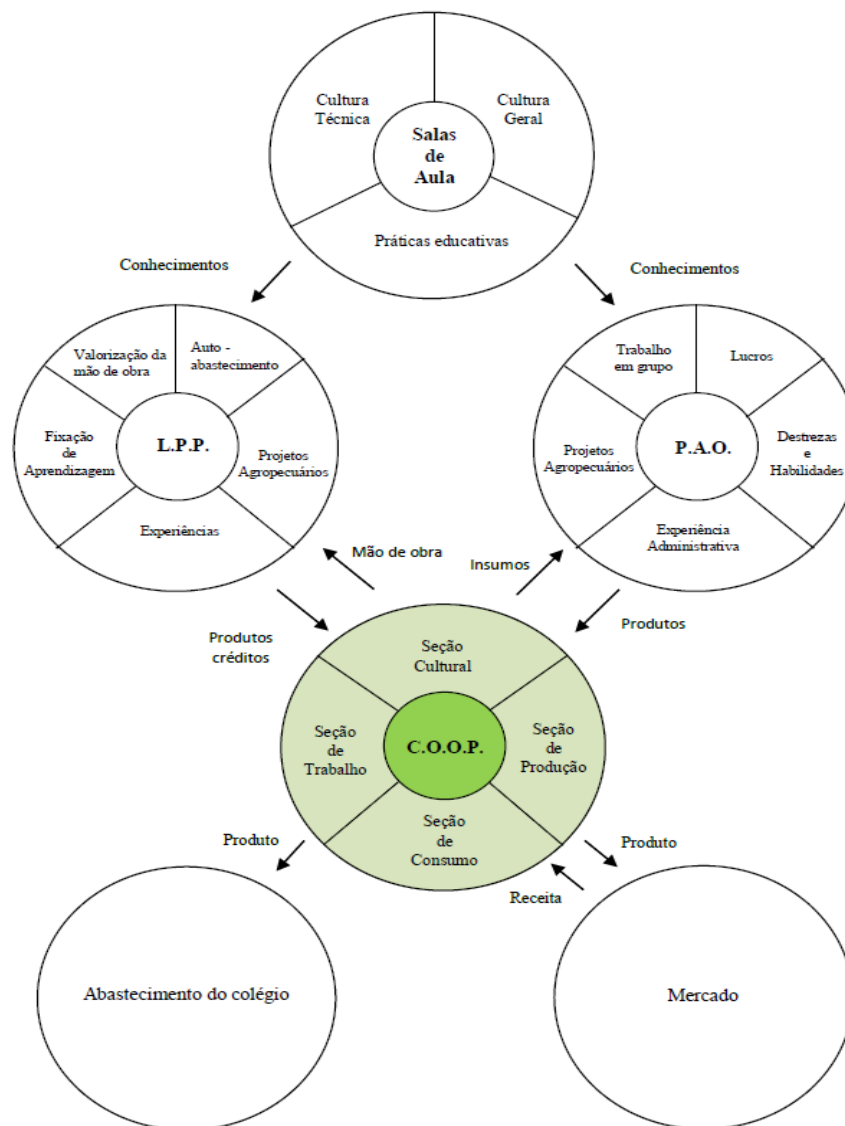
Já no final da década de 1960, o sistema passa a ser inserido gradativamente em várias instituições federais de ensino agropecuário de 2º grau, num contexto totalmente favorável devido ao perfil da política de profissionalização em massa que o governo civil militar estava implantando no país. No ano de 1972, pelos esforços de uma equipe multidisciplinar, incluindo Shigeo Mizoguchi, e coordenada pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), foi elaborado o Manual Escola-Fazenda, composto de sete capítulos, no qual apresenta uma proposta pedagógica ancorada em pressupostos teóricos sobre a escola-fazenda, seus objetivos, mecanismos de funcionamento e requisitos para implantação do modelo. Acompanhava o manual, outro impresso, o Caderno de Exercícios, que serviria de base para os professores estarem utilizando como modelo padrão de exercícios de exploração de quadros, gráficos e modelos de documentos nas atividades com os alunos. Este impresso sinalizava que a,

Escola-Fazenda é um sistema que se fundamenta principalmente no desenvolvimento de habilidades, destrezas e experiências indispensáveis à fixação dos conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas. É uma escola dinâmica que educa integralmente, porque familiariza o educando com atividades semelhantes às que terá de enfrentar na vida real, em sua vivência com os problemas da agropecuária, conscientizando-o ainda de suas responsabilidades e possibilidades. Portanto, a esse sistema aplica-se adequadamente, o princípio: “aprender a fazer e fazer para aprender” (Brasil, 1972, p.1).

Era um sistema que funcionava em escola de período integral, em que quatro áreas distintas funcionavam interligadas, conforme disposto na figura 1:

1. Sala de aula.
2. Laboratório de Práticas e Produção (LPP).
3. Programa Agrícola Orientado (PAO).
4. Cooperativa Escolar Agrícola.

Figura 1: Gráfico de interdependência das áreas de atividade do sistema escola-fazenda.



Fonte: Adaptado de Brasil (1972).

As salas de aula eram ambientes para a difusão da parte teórica das disciplinas de cultura técnica e das disciplinas de cultura geral. No Manual Escola-Fazenda era explícita a orientação de que as aulas teóricas “devem estar em perfeita consonância com as práticas de campo a serem levadas a efeito no LPP, de acordo com a diversificação do currículo” (Brasil, 1972, p.2). Como explicitado na figura 1, deveria haver uma interdependência entre os componentes base do sistema, devendo o professor, na medida do possível, utilizar o campo como forma de exteriorizar os conceitos teóricos difundidos em sala de aula.

Os LPPs compreendiam as unidades de produção rural de uma fazenda, sendo que as principais atividades compreendiam áreas da agricultura, zootecnia, indústrias rurais e

mecanização agrícola. O manual sinaliza que, para cada projeto, um estudo minucioso deveria ser realizado em cada escola, a fim de observar a possível viabilidade e extensão de cada LPP. Deveria ser levado em consideração fatores como importância didática pela relevância regional da atividade, potencial de produção para subsidiar o consumo da comunidade no refeitório da escola e capacidade em produzir um excedente para a comercialização, garantindo a continuidade de projetos já implantados e a possível implantação de novos.

Dado o seu sentido utilitário, os empreendimentos do LPP, ainda que de aprendizagem e, portanto, com conceitos pela conduta, aproveitamento, disciplina e rendimento do aluno, tornam-se economicamente produtivos e rentáveis. Desse modo, o aluno verá seu trabalho transformado em créditos proporcionais as tarefas executadas. Esses créditos serão destinados, obrigatoriamente, ao pagamento das despesas indispensáveis à execução de projetos no PAO (Brasil, 1972, p.3).

A mão de obra que executava todas as atividades nas chamadas Fazendas-Modelo era basicamente a força de trabalho dos alunos, sob a gerência de professores responsáveis pela disciplina relacionada a cada ambiente. Como pregava o sistema, no tripé educação, trabalho e produção, o dia a dia das fazendas deveria ser vivido dentro de uma ótica didática, onde a responsabilidade da rotina diária era compartilhada por toda a comunidade escolar, em conformidade com o lema “*aprender a fazer e fazer para aprender*”.

O PAO foi idealizado como um componente do sistema onde a “finalidade principal é desenvolver destrezas, habilidades, iniciativas e senso administrativo dos alunos” (Brasil, 1972, p.4). Cada projeto era gerenciado pelos grupos de alunos, sendo que o professor da disciplina correlata ao projeto atuava apenas como um consultor, a fim de orientar os estudantes sempre que necessário. Este programa tinha um caráter extremamente capitalista, envolvendo os alunos em uma realidade onde se procurava trabalhar o espírito de administração e responsabilidade financeira. De acordo com o manual,

Para o desenvolvimento dos projetos, o Colégio reservará áreas propícias e específicas, chamadas “áreas do PAO”. Essas áreas são destinadas aos grupos de alunos, cabendo a cada grupo, escolher a gleba que lhe convier sob a aprovação do professor. As glebas poderão ser oferecidas aos alunos, pelo período do ciclo do projeto, gratuitamente ou através de uma taxa de aluguel. Quando for o caso de projetos que exijam construções, como aviários, pocilgas e outras, o grupo poderá construí-las, com recursos próprios, do Colégio Agrícola ou da Cooperativa Escolar. O Colégio Agrícola poderá, ainda, fornecer suas instalações, quando disponíveis, desde que o grupo cubra, em espécie, a desvalorização e o uso pelo tempo que ocupá-las (Brasil, 1972, p.4).

As atividades desenvolvidas nos LPPs e nos PAOs influenciavam toda a distribuição das classes nos setores da fazenda, mantendo um fluxo constante de mão de obra. As classes eram divididas em grupos e subgrupos, procurando manter poucos alunos por ambiente, fazendo um rodízio entre eles e possibilitando que todos tivessem a oportunidade de participar da maior variedade de atividades possíveis. Assim, a orientação do manual é que as turmas fossem divididas em grupos que atendessem tanto os LPPs quanto os PAOs, com rodízio semanal entre essas turmas. As figuras 2 e 3 ilustram o formato de distribuição dos alunos por classe e o rodízio semanal entre semanas, denominadas A e B.

Figura 2: Quadro de distribuição dos alunos na Fazenda-Modelo – Semana A

Q U A D R O 1
DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DOS ALUNOS NAS DIVERSAS ATIVIDADES NO LPP E NO PAO
ANO LETIVO DE _____
SEMANA "A"

SERIE	CLASSE	GRUPO	Nº DE ALUNOS	PAO	L P P				
					VI	VII	VIII	IX	X
					AGRICULTURA	ZOOTECNIA	IND. RURAL	OF. RURAL	HORTICULTURA
1a.	A (30)	A 1	15	7	2	1	1	1	3
		A 2	15	8	2	1	1	1	2
	B (30)	B 1	15	8	2	1	1	1	2
		B 2	15	7	2	1	1	1	3
2a.	C (25)	C 1	12	6	2	1	1	1	1
		C 2	13	7	2	1	1	1	1
3a.	D (25)	D 1	12	6	2	1	1	1	1
		D 2	13	6	3	1	1	1	1
DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA ALUNO POR DIA EM CADA SETOR				55	17	8	8	8	14

Fonte: Brasil (1972, p.21).

Figura 3: Quadro de distribuição dos alunos na Fazenda-Modelo – Semana B

Q U A D R O 11
DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DOS ALUNOS NAS DIVERSAS ATIVIDADES NO LPP E NO PAO
ANO LETIVO DE _____
SEMANA "B"

SÉRIE	CLASSE	GRUPO	Nº DE ALUNOS	PAO	L P P				
					VI	VII	VIII	IX	X
					AGRICULTURA	ZOOTECNIA	IND. RURAL	OF. RURAL	HORTICULTURA
1a.	A (30)	A 1	15	8	2	1	1	1	2
		A 2	15	7	2	1	1	1	3
	B (30)	B 1	15	7	2	1	1	1	3
		B 2	15	8	2	1	1	1	2
2a.	C (25)	C 1	12	6	2	1	1	1	1
		C 2	13	6	2	2	1	1	1
3a.	D (25)	D 1	12	6	2	1	1	1	1
		D 2	13	7	2	1	1	1	1
DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA									
ALUNO POR DIA EM CADA SETOR				55	16	9	8	8	14

Fonte: Brasil (1972, p.22).

Quanto a Cooperativa Escolar, o manual estabelecia uma importante posição como componente do sistema escola-fazenda. Ela deveria estar sediada na Escola, inserindo-a naturalmente no cotidiano escolar e todos os alunos regularmente matriculados eram associados, gozando dos mesmos direitos e deveres. Era considerado uma estrutura fundamental do sistema, com o intuito de estimular os educandos a “tomarem iniciativas, assumirem responsabilidades, conhecerem as leis e se educarem dentro dos princípios de cooperação e auxílio mútuo” (Brasil, 1972, p.6).

A cooperativa escolar, conforme apresentado na figura 1, ocupava um papel importante no sistema escola-fazenda. Além da função primordial de atendimento aos princípios cooperativistas, funcionava como o centro de administração e planejamento das instituições, devido a sua capacidade em fornecer um suporte financeiro para a continuidade dos projetos agropecuários executados nos LPPs e PAOs, funcionando como órgão catalisador de todas as práticas educativas e comercializando a produção resultante do processo ensino-aprendizagem, gerando recursos que seriam novamente investidos dentro do sistema.

4 A COOPERATIVA-ESCOLA NO SISTEMA ESCOLA-FAZENDA: A EVOLUÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO DA COAGRI

Não se pode discutir o sistema escola-fazenda nas Escolas Agrotécnicas Federais sem mencionar o papel exercido pela COAGRI. Criada por meio do Decreto nº 72.434, de 9 de julho de 1973, sendo inicialmente denominada Coordenação Nacional do Ensino Agrícola, passa a partir do Decreto nº 76.436, de 14 de outubro de 1975, a ter nova denominação, passando a chamar-se Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, tendo suas atribuições destacadas em seu Art. 4º:

- I – a promoção do desenvolvimento e da divulgação do ensino agropecuário, e o aperfeiçoamento de técnicos e auxiliares necessários ao respectivo setor;
- II – a coordenação, o controle e a avaliação das atividades técnico-administrativas, educativas e financeiras desenvolvidas pelos estabelecimentos de ensino que lhes são subordinados;
- III – o estabelecimento, com a colaboração de órgãos específicos, de planos para aquisição, manutenção e adequação de equipamentos e instalações, bem como para a realização de obras nas unidades que lhe são subordinadas (Brasil, 1975).

Assim, após a implementação do sistema escola-fazenda na rede de ensino agropecuário no Brasil e, com a criação da COAGRI, esta passa a ter a incumbência de coordenar todas as instituições de ensino nesta área, buscando adotar certos padrões que vieram a transformar estas escolas em instituições singulares através de uma reestruturação física, pedagógica e administrativa.

Marques e Love (1993) destacam que as cooperativas escolares criadas como componente base do sistema escola-fazenda prestavam um papel essencial para o dia a dia das Escolas Agrotécnicas Federais, fomentando os diversos projetos de produção nas fazendas, realizando a comercialização do excedente do processo de ensino do sistema escola-fazenda e atuando na defesa de interesses comuns aos seus associados. Estes autores destacam que após o início dos trabalhos da COAGRI, a importância das atividades realizadas pelas cooperativas para o pleno funcionamento da engrenagem das Escolas Agrotécnicas Federais fez com que algumas ações passassem a extrapolar limites legais.

Algumas dificuldades foram identificadas no decorrer da implantação do sistema escola-fazenda. Primeiramente, as cooperativas eram limitadas apenas a venda de material escolar aos associados. Outro problema se referia ao fato de que não existia o cadastro destas cooperativas junto à Receita Federal, Estadual e na Junta Comercial, não possuíam inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), nem em seus respectivos estados, impedindo a

transação comercial a terceiros. Por fim, as cooperativas não possuíam competência legal para gerir os recursos arrecadados. “Estas restrições vinham provocando o estrangulamento do sistema nos seus aspectos financeiros e de comercialização, pois dificultava o escoamento da produção e a consequente movimentação do capital de giro” (Brasil, 1984, p.32).

Segundo Brasil (1982), a falta de uma regulamentação específica para as cooperativas do sistema de escolas da COAGRI foi uma das principais lutas deste órgão, desde o momento da sua criação. O trabalho em conjunto da COAGRI com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Conselho Nacional de Cooperativas (CNC) e a Secretaria de Controle Interno (CISSET) foi amadurecendo no decorrer do final da década de 1970 e princípio da década de 1980 e, entre idas e vindas, propostas de adequações que atendessem às necessidades do ensino agrícola culminou na publicação da Resolução nº 23, de 09 de fevereiro de 1982, que veio a reconhecer as cooperativas-escola, agora legalmente denominadas Cooperativa Escolar e de Trabalho dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal – COETAGRI, assegurando amparo legal, sendo seus objetivos básicos:

- a) Educar os alunos dentro dos princípios do Cooperativismo e servir de instrumento operacional do processo de aprendizagem.
- b) Objetivando a aquisição de material didático e insumos em geral, necessários ao exercício da vida escolar e do processo ensino-aprendizagem.
- c) Realizar a comercialização dos produtos agropecuários, decorrentes do processo ensino aprendizagem, bem como a prestação de outros serviços da conveniência do ensino e do interesse dos associados (CNC, 1982).

Com a resolução passando a vigorar, resolveu-se o problema com a instalação e funcionamento das cooperativas, tendo estes órgãos conquistado, conforme descrito em Brasil (1984), seu reconhecimento como instituições educativas e habilitadas como órgãos comerciais, além de ter estabelecido que alunos maiores de 12 anos, independentes do grau de ensino agrícola, pudessem se tornar associados e, com a criação do Conselho de Representantes, aumentou o número de participantes em suas diretorias.

Por fim, a administração da fazenda passou aos poderes da cooperativa. Assim, a condução dos projetos nas unidades de produção teria uma gerência mais especializada com uma melhor aplicação dos recursos. Outro dispositivo legal que vale a pena destacar, é a publicação do Decreto nº 88.244, de 20 de abril de 1983, dando autorização à COAGRI a participar da Política Nacional do Cooperativismo junto as COETAGRI.

Essa sistemática proporcionaria, ainda, maior facilidade na comercialização da produção, maior integração entre as seções da escola e, principalmente, oportunizaria aos alunos a prática de atividades inerentes ao funcionamento da cooperativa (Brasil, 1982, p.16).

O papel educativo das COETAGRI vai muito além do alcance de uma disciplina tratada em sala de aula. A vivência prática do dia a dia do funcionamento empresarial traz a essência do que preconizava a reforma da educação de 1º e 2º graus pela Lei nº5.692 de 1971, cumprindo então o devido papel profissionalizante, objetivo fortemente almejado por meio da reforma proposta pela legislação em questão.

Nota-se que a inclusão do assunto na grade curricular foi tema de discussão, quando da abordagem de assuntos relacionados à habilitação básica em agropecuária. Segundo o trabalho conjunto do MEC/DEM: Habilitação básica em Agropecuária de 1977, o assunto cooperativismo seria tratado dentro do tema *Economia e Administração Agrícola*, especificamente quando da discussão sobre Desenvolvimento e Comercialização Agrícola. A figura 4 apresenta sugestão de organização do mínimo curricular contendo o Cooperativismo como disciplina.

FIGURA 4: Organização do mínimo curricular da parte específica de formação especial no regime semestral.

EXEMPLO Nº 2* – Organização do Mínimo Curricular da Parte Específica de Formação Especial no Regime Semestral

MATÉRIA	DISCIPLINAS/ATIVIDADES						Total em Horas
	1º Sem.	2º Sem.	3º Sem.	4º Sem.	5º Sem.	6º Sem.	
AGRICULTURA	Agric. Geral I (3cr)	Agric. Geral II (3cr)	Optativa (3cr)	Optativa (4cr)	---	---	195
ZOOTECNIA	Zootecnia Geral I (3cr)	Zootecnia Geral II (3cr)	Optativa (3cr)	---	---	---	135
ECONOMIA e ADM, AGRÍCOLA	---	Economia Agrícola (3cr)	Adm. Agrícola (3cr)	Comercial Agrícola (3cr)	Cooperativismo (3cr)	Experiência de Trabalho (6cr)	450
Total em Horas	90	135	135	105	45	270	780

* Trata-se de um currículo caracterizado por conteúdos de aplicação na matéria de Economia e Administração Agrícola, com alguma flexibilidade para opções de disciplinas ou atividades nas matérias de Agricultura e/ou Zootecnia

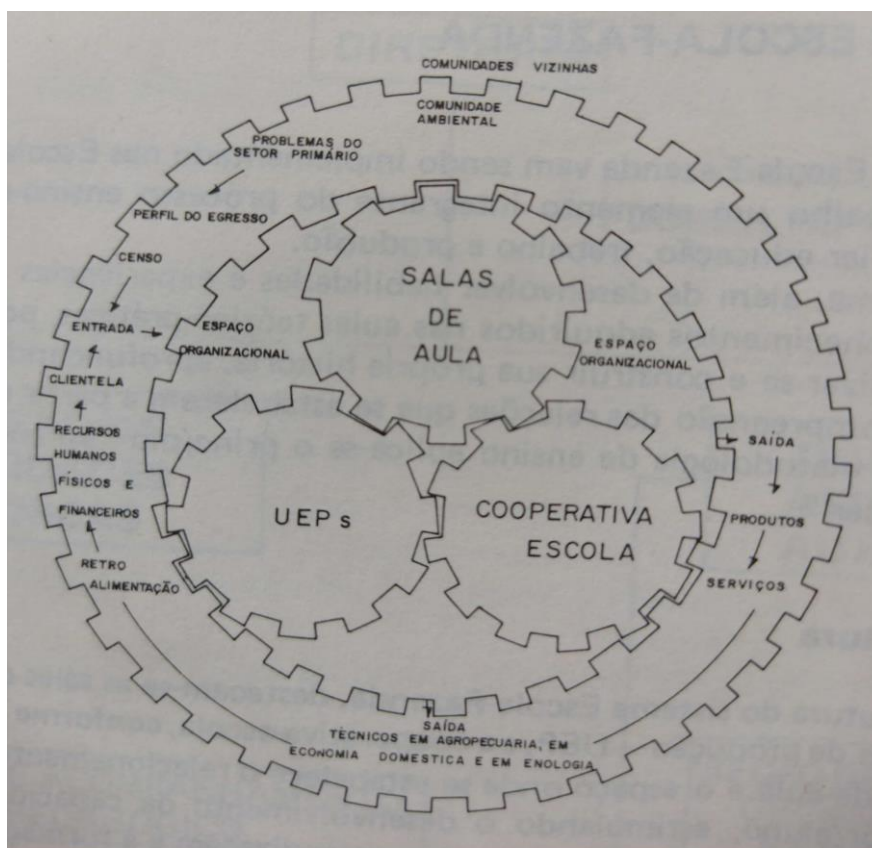
FONTE: Brasil (1977, p.72).

Porém, das discussões geradas, o que pôde ser observado na aplicação das diretrizes de funcionamento das Escolas Agrotécnicas Federais, foi uma grade curricular com 2.310

horas/aula para formação especial priorizando determinadas áreas a partir de certas características do ambiente de cada instituição. “Embora a grade curricular fixe a carga horária por disciplina, os conteúdos programáticos devem adequar-se aos interesses dos alunos, à realidade local, respeitados os padrões, valores culturais e aspirações da comunidade” (BRASIL, 1985, p.13).

No período em que a COAGRI administrou o ensino agropecuário de nível médio, o sistema escola-fazenda sofreu modificações em sua estrutura. Tais ajustes foram considerados necessários como passos evolutivos para que o modelo se tornasse cada vez mais eficiente, cumprindo seu papel na formação de profissionais cada vez mais preparados para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho. Assim, pela fusão dos LPPs e PAOs, surge uma única estrutura: as Unidades Educativas de Produção (UEPs), modificando a apresentação do sistema que passa a funcionar conforme ilustrado na figura 5.

Figura 5: Gráfico do sistema escola-fazenda.



Fonte: Brasil (1985, p.12).

O contato direto dos alunos com a cooperativa se dava na possibilidade de cinco situações:

1. Na primeira série, em revezamento de atividades nas Unidades Educativas de Produção (UEPs).
2. Na disciplina de Administração e Economia Rural.
3. Monitoria.
4. Participação nas Assembleias.
5. Composição do corpo administrativo.

Na primeira situação, alunos da primeira série tinham suas turmas divididas para atender as UEPs de Agricultura I e Zootecnia I. Cada turma era dividida em três grupos que se revezavam nos setores em sistema de rodada semanal:

- 1) Horticultura
 - a. Grupo I: olericultura.
 - b. Grupo II: jardinagem.
 - c. Grupo III: Cooperativa-Escola.
- 2) Animais de pequeno porte
 - a. Grupo I: frango de corte.
 - b. Grupo II: poedeira comercial.
 - c. Grupo III: outras atividades.

Nesta ocasião, os alunos realizavam qualquer atividade necessária ao pleno funcionamento da empresa. Desta forma, se objetivava que esta participação cumprisse a finalidade de apresentar ao aluno o dia a dia funcional. “A participação dos alunos da 1ª série na Cooperativa-Escola é importante como uma preparação para possível exercício de cargo administrativo ou fiscal na série seguinte” (Brasil, 1985, p.21).

A segunda situação, tratava da oportunidade de abordagem do assunto pelo professor da disciplina. A terceira dizia respeito a monitoria, onde alunos da terceira série, durante 4 oportunidades no decorrer do ano, eram aleatoriamente distribuídos em todas as UEPs para trabalhar no gerenciamento da produção destes setores e, dentro destes setores, a Cooperativa-Escola também era contemplada. Nas outras duas situações o contato era facultativo, tendo o aluno a liberdade de optar por participar das Assembleias, na montagem de chapas para eleições de administração e fiscalização da empresa.

Ao final do ano de 1986, por força do Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, dá-se a extinção de órgãos vinculados ao Ministério da Educação, dentre ele a COAGRI.

ART. 1. Ficam extintos os seguintes órgãos, integrantes da estrutura do Ministério da Educação:

- I – o Conselho Nacional de Serviço Social;
- II – a Comissão Nacional de Moral e Civismo;
- III – a *Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI)*, e;
- IV – a Delegacia Regional do Distrito Federal (Brasil, 1986).

Apesar da abrupta interrupção nas atividades deste órgão, vale destacar todo o trabalho realizado junto as escolas, deixando como marca registrada a padronização do modelo pedagógico pela aplicação e evolução constante do sistema de ensino escola-fazenda. Nos aproximados dez anos de atuação da COAGRI, foi realizado um trabalho estrutural tão bem consolidado que a base do sistema escola-fazenda sobreviveu em função da ação das COETAGRI.

A gestão das escolas agrícolas brasileiras sempre foi uma questão muito desafiadora em qualquer época e situação, independente da região. Historicamente, somou-se a essas dificuldades fatores como o preconceito em relação ao trabalho rural, a marginalização do ensino profissional agrícola por parte do governo quando comparado aos ensinos dos ramos secundário e terciário da economia e os altos custos de manutenção dos projetos agropecuários destas fazendas. A experiência profissional de Shigeo Mizoguchi, é exemplo de como o cooperativismo é essencial para a sobrevivência desse tipo de instituição. Em todo o contato que esteve atuando como professor e gestor de escolas agrícolas no estado de São Paulo, sempre praticou o cooperativismo como linha de ação.

Para que a agricultura seja racional, o agricultor, de acordo com sua capacidade de uma criação, seja avicultura, suinocultura, bovinocultura e, para que seja econômico, tem que ter máximo grau de autossuficiência. Devem entrar umas culturas anuais. O que queremos no indivíduo é que saiba aplicar adequadamente a tecnologia e que aumente sua rentabilidade hora x trabalho cada vez mais. Naturalmente que isoladamente não se consegue nada. Tem que ser dentro do sistema cooperativista. Por isso, durante a estada na escola eles têm que praticar o sistema cooperativista para que na vida prática possam organizar-se em cooperativa (Mizoguchi, 1981, p.351).

A necessidade de conjugar educação, trabalho e produção se mostrou uma característica necessária às escolas que possuíam uma fazenda como um laboratório de ensino. O lema aprender a fazer e fazer para aprender, onde os alunos eram os atores principais em todo o processo produtivo das fazendas, passou a garantir uma formação prática, resultando em técnicos mais bem preparados. Nesse contexto, as cooperativas, além de terem tido toda sua estrutura disponibilizada ao aprendizado, foram fundamentais para que o sistema escola-fazenda se consolidasse, deixando suas sedes menos dependentes do

estado e permitindo o seu crescimento, mesmo durante a crise econômica enfrentada pelo país na década de 1980.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema escola-fazenda prosperou em um cenário de constantes mudanças, num acelerado trânsito de informações que atingiu a vida no campo de maneira significativa. A linha de ensino tecnicista ditou base construída nas Escolas Agrotécnicas Federais sob a supervisão da COAGRI, sendo responsável pela formação dos multiplicadores Técnicos em Agropecuária da época, sob o lema *aprender a fazer e fazer para aprender*. Estes técnicos, pela prática vivenciada, chegavam mais preparados para atender o mercado de trabalho e, parte deste amadurecimento se dava pela vivência dentro do conceito cooperativista. A cooperativa-escola serviu como uma ferramenta de promoção social por fazer germinar a semente, o espírito de cooperação mútua, a formação para o trabalho e preparando cidadãos conscientizados a promover seu papel para o desenvolvimento nacional.

O trabalho da COAGRI transformou as cooperativas em empresas de gerenciamento com a finalidade maior de viver em função do bom funcionamento das escolas. Essas instituições se tornaram complexos agropecuários e agroindustriais e produziam grande parte do alimento consumido em seus restaurantes, fator de extrema importância por se tratar de instituições onde a maioria dos estudantes ficavam em regime de internato e semi-internato, além disso, geravam recursos com a venda de alimentos resultantes do processo de ensino-aprendizagem, que seriam utilizados na manutenção de projetos em andamento além de proporcionar a possibilidade de se implementar novos projetos.

As Escolas Agrotécnicas Federais funcionavam, na medida da possibilidade de cada sede e graças ao pleno funcionamento das cooperativas, como laboratórios de ensino profissionalizantes que proporcionavam aos alunos uma visão de toda a cadeia de produção agropecuária. A produção primária de alimentos *in natura* nas UEPs agropecuárias, o processamento de grande parte dessa produção nas UEPs agroindustriais e a comercialização destes produtos, toda essa cadeia executada diretamente pelas mãos dos estudantes, só foi possível graças a administração das escolas centralizadas sob a administração das cooperativas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932. **Reforma as disposições do decreto legislativo número 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-dezembro-1932-501764-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BRASIL. MEC. CENAFOR. WOLGA, Peçanha (org.) **Manual Escola-Fazenda.** CENAFOR. Brasília, DF: 1972.
- BRASIL. Decreto nº 76.436, de 14 de outubro de 1975. **Altera o Decreto nº 72.434, de 9 de julho de 1973, que criou a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola do Ministério da Educação e Cultura.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76436-14-outubro-1975-425010-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Médio. **Habilitação Básica em Agropecuária.** Fundamentos, Currículo, Metodologia e Avaliação. Brasília-DF, 1977.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Manual de instruções para organização e funcionamento de Cooperativas-Escola nos estabelecimentos de ensino agrícola. 3ª edição,** Brasília-DF, 1982.
- BRASIL. MEC. SEPS. COAGRI. **Retrospectiva histórica do ensino agrícola de 2º grau – Papel da COAGRI.** Brasília-DF, 1984.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica Federal.** Habilitações de Técnico em Agropecuária e em Economia Doméstica. Série Ensino Agrotécnico (1), Brasília-DF, 1985.
- BRASIL. Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986. **Extingue órgãos do Ministério da Educação, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93613-21-novembro-1986-444224-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 dez 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE COOPERATIVISMO. **Dispõe sobre a organização e funcionamento das Cooperativas-Escola.** Resolução nº 23, de 09 de fevereiro de 1982. Disponível em: <https://codo.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/18/2020/02/RESOLU%C3%87%C3%83O-CNC-N%C2%BA-23-1982.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- GOMES, A.J. **Origem e evolução do cooperativismo no mundo e no Brasil e sua contribuição para construir o segmento educacional brasileiro.** Linguagens, Educação e Sociedade. Teresina, n.12, p.13-25, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1568>. Acesso em: 12 dez. 2022.

LIMA, A.A. “**Aprender a fazer e fazer para aprender**”: Configurações do modelo escola-fazenda no ensino profissional agrícola (1967-1986). (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15086>. Acesso em: 17/10/2023.

MARQUES, P.V.; LOVE, H.G. **Cooperativa-Escola nas escolas técnicas agrícolas**. *Scientia Agricola*, n.50, p.509-516, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sa/a/7RkkWHjrwfhmN64mXjSVhbs/?lang=pt>. Acesso em 15 dez. 2022.

MIZOGUCHI, Shigeo. **Um Sistema de ensino brasileiro onde o jovem aprende, trabalha e ganha**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO NAS PERIFERIAS URBANAS, 1981 (Documento Final). *Anais...* Salvador – BA, 1981. Disponível em: <http://mecsrv137.mec.gov.br/download/texto/me002256.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.

PAULA, Alessandra Edna de. **O papel pedagógico das cooperativas-escola**: Um estudo comparativo da prática educativa do IFTO – campus Paraíso do Tocantins (TO) e do IF Goiano – campus Urutaí (GO) (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, Brasil, 2010. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1739?mode=full>. Acesso em 14 dez. 2022.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo, Editora Saraiva, 2004. Disponível em: <https://ia600305.us.archive.org/12/items/OCOOPERATIVISMONOBRASIL/O%20COOPERATIVISMO%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SALES, J.E. **Cooperativismo**: origens e evolução. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*, n.1, p.23-34, 2010. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/cooperativismo/artigos/COOPERATIVISMO%20ORIGENS%20E%20EVOLUCAO.pdf>. Acesso em 13 dez. 2022.